

## **ANÁLISE DE ADEQUAÇÕES CURRICULARES NO ENSINO FUNDAMENTAL: SUBSÍDIOS PARA PROGRAMAS DE PESQUISA COLABORATIVA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Fonseca, Kátia Abreu  
Junior, Jair Lopes  
Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho  
(Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”-Bauru)

A escola, como instituição social, tem como uma de suas funções a democratização dos conhecimentos produzidos sistematizados e organizados historicamente. É espaço de mediação entre sujeito e sociedade, deve conceber o conhecimento não só como fonte para efetivação do processo de emancipação humana como também de transformação social, sendo que a organização do currículo comum, assim como a possibilidade de acesso a ele, por todos os alunos mostram-se como condições imprescindíveis para tal apropriação.

Coll (2000, p. 31), de forma atual e objetiva, descreve currículo como:

O projeto que preside as atividades educativas escolares define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. O currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar. Um currículo é uma tentativa de comunicar os propósitos educativos de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente transladado em prática.

A proposta curricular deve garantir as especificidades culturais, ideológicas, históricas e políticas da instituição escolar, tornando-a autônoma para definir os rumos de ação, no cotidiano, sabendo respeitar o multiculturalismo incluindo-o na dinâmica da sala de aula. Para Minetto (2008), o currículo torna-se base para a estruturação de situações de inclusão e exclusão que começam na sala de aula. Destarte, admitimos que as ações de ensinar os alunos devem ser orientadas e fundamentadas por explicações para responder às seguintes questões: ensinar o quê? Ensinar como? Ensinar quando? Tais questões devem ser esclarecidas para que o objetivo da escola seja alcançado, considerando o relevante papel de tal instituição na formação dos alunos.

Considerando que a escola deve atender os alunos independentemente de suas condições sensoriais, intelectuais, físicas ou sociais, remetemo-nos à ideia de uma escola pautada em posturas inclusivas, pois atualmente a questão não mais se dirige ao ser contrário ou a favor da inclusão (discurso já superado), pois é fato e direito inalienável, porém, ações de sua efetivação ainda mostram-se necessárias no sistema educacional.

A proposta atual de ensino aos alunos com NEEs fundamenta-se em leis federais, estaduais e municipais e preconiza a importância do atendimento escolar em classes comuns. A Resolução nº 02/01 do Conselho Nacional de Educação aponta

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando às condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 03).

Sob a égide da garantia do direito à igualdade e à equidade de oportunidades, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008, p.14) tem como objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

De acordo com os princípios da educação inclusiva, é preciso um verdadeiro debruçar-se sobre o conceito de Educação Especial e assim ressignificá-lo, voltado às aprendizagens e necessidades dos alunos, assumindo o paradigma de inclusão, que vislumbra emancipação, de modo que os alunos com deficiência ou necessidades especiais sejam valorizados por aquilo que são devido à diferença e não a partir dela. De acordo com Florian (2003), as próximas gerações deverão advogar uma aceção amplificada do conceito de integração a saber:

a partilha do mesmo local por meios e instalações escolares especiais/normais (integração situacional); atividades partilhadas fora do espaço escolar (integração social); e participação conjunta em programas educativos (integração funcional) (p.35)

Dessa forma, devemos prenciar inclusão escolar efetiva que se configure em real participação dessa pessoa na escola. Ademais, precisamos encontrar alternativas para que as pessoas com deficiência tenham seu reconhecimento social, educacional e de independência respeitado. Para isto, é preciso considerar que reformas se fazem a partir de processos, que dependem do sucesso de ações desencadeadas por pessoas que acreditam nas capacidades de aprendizagem de todas as pessoas. Conforme aponta Aranha (2001, p. 2):

A ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.

Mais recentemente Heredero (2010, p. 197) conceitua inclusão como

postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação, e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças. Dessa forma, promove a necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares.

No campo pedagógico, anterior à atual política podemos destacar os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Adaptações Curriculares - Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais* (BRASIL, 1999), com o objetivo de preconizar a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseia-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender às necessidades particulares de aprendizagem dos alunos com NEEs.

Atualmente, vários desafios encontram-se colocados na educação de alunos com NEEs. Dentre tais desafios, cumpre destacar a adequação de práticas de ensino, considerando a maneira de ensinar a esses alunos os conteúdos planejados para alunos que “aprendem”.

Nesse contexto, o foco da escola deve voltar-se para a aprendizagem dos alunos e/ou determinados grupos socialmente excluídos e estigmatizados. “Os alunos com deficiência são apenas um caso no seio da diversidade da população escolar, embora sejam aqueles que carecem de maior atenção e acompanhamento” (RODRIGUES, 2003, p. 15). Nessa perspectiva, é dever da escola encontrar meios para identificar as necessidades dos alunos, para atendê-los adequadamente promovendo seu desenvolvimento educacional e social.

A escola deve reestruturar-se para que as ações pedagógicas contribuam para a aprendizagem dos alunos, considerando a avaliação das ações implementadas para retomada de direção (CAPELLINI, 2004). Pacheco (2007) afirma que a inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se, em vez de esperar que determinada criança com deficiência se ajuste à escola. Nesse sentido, há que se ter claro que é da escola igualmente a responsabilidade de organizar o currículo, prevendo ajustes quando necessário, empregando-os, podendo ser flexibilização, adequação, ou adaptação curricular, considerando as necessidades dos alunos com NEEs para determinar o tipo de modificação do currículo a ser colocado em prática.

Ajustes curriculares definem conjuntos de procedimentos ou de práticas educacionais que objetivem garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares estabelecidos, ou seja, a consecução dos objetivos ou intenções educativas estabelecidas.

Pressupõem que se realizem flexibilização, adequação e/ou adaptação do currículo comum, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos que necessitem desses procedimentos, podendo ser os alunos com NEEs ou não. Mostra-se necessário como salientado pela literatura (MAJÓN, 1997; BRASIL, 1999; ZANATA, 2004; LEITE e MARTINS, 2010) uma demarcação conceitual de modalidades definidas neste estudo como:

- *Flexibilização* - Programação das atividades elaboradas para sala de aula. Diz respeito a mudanças de estratégias em âmbito das práticas pedagógicas que não consideram mudanças no planejamento curricular de ensino.

- *Adequação* - Atividades individualizadas que permitam o acesso ao currículo que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento às necessidades acadêmicas de cada aluno. Dizem respeito a adequações ao planejamento curricular de ensino, considerando a necessidade de determinados alunos, prevendo mudanças em objetivos, conteúdos, recursos e práticas pedagógicas.

- *Adaptação* - Focaliza, sobretudo, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no planejamento curricular da sala de aula atendendo às diferenças individuais. Diz respeito à mudança do próprio planejamento curricular, propondo um currículo alterado para determinado aluno, que poderá se beneficiar de um modelo de planejamento diferente do trabalhado com os demais alunos.

Mostra-se imperativo esclarecer quais ações possibilitam o acesso e sustentam aceção distinta da expressão adaptação curricular. Devemos destacar que ajustar para acessar o currículo comum é, implementar possíveis flexibilizações e adequações nas práticas pedagógicas, importando-nos com as especificidades da diversidade, bem como com o entendimento do processo de aprendizagem dos alunos, com o estilo, com as dificuldades e as características de cada um.

Tais procedimentos concentram ênfase nas práticas pedagógicas, interações pessoais, conteúdos e objetivos, por meio do repensar a prática pedagógica, não mais centrada em ações estáticas do professor, mas sim no desenvolvimento de estratégias que auxiliem os alunos, mesmo com NEEs, a aprenderem os conteúdos, atendendo, deste modo, as suas necessidades pedagógicas. Sob essa ótica, devem ser configuradas estratégias de ação profissional pela flexibilidade e adequação nos objetivos, materiais e conteúdos, que priorizem áreas que garantam funcionalidade e

que sejam importantes pré-requisitos para aprendizagens posteriores, como introdução de atividades alternativas, alteração no tempo previsto para sua realização, preocupando-se mais com o sucesso na tarefa do que com o tempo gasto para executá-la, levando-se em consideração os diferentes estilos de aprendizagem apresentados pelos alunos com deficiência ou não.

Os ajustes que possibilitam o acesso ao currículo viabilizam possibilidades de práticas educativas e ações pedagógicas para a atuação frente a essa clientela, em um currículo dinâmico e flexível, para que se atendam todos os níveis de funcionamento, comprometimento e idade. Nesse contexto, a pesquisa ora relatada teve como objetivo geral caracterizar e analisar se as práticas pedagógicas implementadas pelo professor do ensino comum abrangem flexibilização e adequação curricular aos alunos com NEEs, preservando e garantindo assim, a direito à educação e à aprendizagem.

E, de forma específica, teve os seguintes objetivos: 1) caracterizar e analisar os procedimentos de ensino implementados pelo professor do ensino comum; 2) verificar os ajustes curriculares que a professora implementa em sua prática pedagógica; 3) analisar a prática pedagógica a partir das estratégias de ensino executadas; 4) propor um plano de intervenção pautado no ensino colaborativo.

A relevância deste estudo concentra-se na investigação da implementação de ajustes curriculares na prática pedagógica, para que os alunos com NEEs tenham acesso aos objetivos e conteúdos apresentados no currículo comum por meio de ajustes nas práticas pedagógicas com oferecimento de atividades variadas aos alunos.

## **METODOLOGIA**

Para atingir os objetivos propostos, foi necessário o entrosamento no cotidiano escolar como: a imersão na rotina da sala de aula, o manuseio de documentos que norteiam a organização escolar – planejamento anual – e, mais precisamente, de documentos peculiares da professora, como: caderno de planejamento e diário de bordo.

Para a caracterização e a descrição dos dados coletados, a opção metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa descritiva, que apresenta como finalidade descrever situações, acontecimentos e fatos, isto é, dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006).

Privilegiamos a caracterização e a análise de práticas pedagógicas com a utilização de métodos que justifiquem o modo pelo qual a prática é exercida e, para isso, valemo-nos de: entrevista, pautadas nem relação de interação. Para que esta não se torne apenas perguntas e respostas, é preciso o pesquisador, estar aberto à compreensão do sentido do que foi observado para os participantes da pesquisa; e

também ser ouvido, gravações que permitem ao pesquisador rever, na íntegra, a situação a ser analisada, caracterizada ou categorizada, podendo, então, observar diversas variáveis que podem abrir novas possibilidades de pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do interior Paulista, em uma sala de 3º ano composta por 31 alunos, sendo que cinco alunos são participantes dos atendimentos da sala de recursos, considerados com NEEs, devido a acentuadas dificuldades de aprendizagem apresentadas durante os anos de escolarização e, também, a partir de diagnóstico pedagógico realizado pela professora especialista.

Foi necessária a utilização de vários materiais para a coleta de dados a fim de verificar se os procedimentos de ensino utilizados pela professora do ensino comum em sua prática pedagógica possibilitavam aos alunos com NEEs o acesso aos conteúdos e objetivos apresentados no currículo comum, a partir de ajustes curriculares. Sendo eles: gravador de voz, câmera de vídeo digital, para as gravações das aulas. Os instrumentos para coleta de dados foram: roteiro semiestruturado de entrevista; caderno de planejamento (semanário); Teste de Desempenho Escolar (TDE), e os documentos para consulta foram: diário de bordo; caderno de anotação de auxílio à pesquisa; planejamento anual. Utilizamos como instrumento-base para análise, lista de ajustes curriculares de acesso ao currículo comum; transcrições das gravações das aulas.

Seguindo os procedimentos de coleta de dados, as gravações das aulas foram iniciadas, com ênfase no registro das práticas de ensino da professora no componente curricular Matemática, no qual ela julgava ter mais dificuldade. As gravações foram realizadas durante as aulas e ocorreram as terças-feiras logo no início da aula e as sextas-feiras após o intervalo. O primeiro dia de gravação foi desconsiderado, visto tratar-se ainda de período de ambientação por parte dos alunos e professora. De modo similar, a última aula gravada foi igualmente descartada, pois foi realizada após o período de recesso escolar. As gravações totalizaram seis horas, 24 minutos e 29 segundos, ocasionando a média de 44 minutos e 19 segundos por gravação.

Quanto aos resultados observados durante a entrevista, incidiram a pouca experiência, demonstração de insegurança, dificuldade em trabalhar com a turma em 2010, dificuldade em trabalhar com a matemática, inquietação diante das dificuldades dos alunos, problema escolar “deficiência sociocultural”, conceitua corretamente educação inclusiva e avalia a gestão escolar como democrática.

Na análise do desempenho por subteste (escrita, leitura e aritmética), a média da turma foi inferior ao esperado. Como citado pela professora durante a entrevista, a dificuldade dos alunos, também revelada nos resultados do TDE, é na área de Matemática, certificando que o componente curricular que a professora demonstra

maior dificuldade em sua prática pedagógica corresponde àquele de maior dificuldade de aprendizagem da maioria dos alunos.

Concomitante às sessões de gravação, foi solicitado à professora seu Caderno de Planejamento, para que fosse possível consultá-lo e comparar os procedimentos de sua prática, com os dados coletados por intermédio de outros instrumentos. Nele, estão apresentados de forma sucinta, os conteúdos e as atividades que deveriam ser desenvolvidas durante a semana.

O Diário de Bordo foi utilizado como documento de consulta, identificando as impressões que a professora tem sobre sua prática, tem um caráter reflexivo sobre a atuação docente, podendo vislumbrar vestígios da prática significativa, que, por alguma razão, não foi previamente planejada. Outro documento de consulta foi o planejamento anual, realizado com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Como a escola é nova, o Projeto Político Pedagógico está sendo revisto e adequado à nova demanda discentes, dessa forma, é o documento norteador das ações dos professores, que determina os conteúdos e fornece diretrizes e orientações sobre práticas de ensino e de avaliação que deverão ser implementados no decorrer do ano letivo.

Visando caracterizar melhor as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora, elaboramos com base na literatura (MAJÓN, 1997; PALOMINO; GONZALEZ, 2002; COLL 2004; GLAT, 2007; MINETTO, 2008) uma lista de ajustes curriculares, contendo 34 itens, que correspondem a procedimentos de ajustes curricular de flexibilização e de adequação curricular. Tais ações são consideradas importantes na prática do professor de sala comum, pois se constituem em práticas com o objetivo de oportunizar o acesso aos conteúdos e objetivos preconizados no planejamento de ensino – currículo comum da sala, por aluno com NEEs.

Com base nas gravações das oito aulas consecutivas de Matemática, a Tabela 1 lista os comportamentos/práticas da professora referentes aos ajustes de acesso ao currículo: o que ela estima correto fazer (lista 1), o que ela estima fazer em sua prática pedagógica (lista 2) e os itens observados pós-gravação.

**Tabela 1 – Comparação entre os dados relacionados aos ajustes do currículo**

	<b>AJUSTES NÃO SIGNIFICATIVOS AO CURRÍCULO DA SALA DE AULA</b>	<b>O QUE A PROF<sup>a</sup> ESTIMA CORRETO FAZER</b>	<b>O QUE A PROF<sup>a</sup> ESTIMA QUE FAZ</b>	<b>O QUE FOI OBSERVADO QUE A PROF<sup>a</sup> FEZ (DURANTE AS GRAVAÇÕES AO MENOS 1 VEZ)</b>
1.	Faz agrupamentos produtivos	S	S	S
2.	Associa os conteúdos à realidade dos alunos, utilizando conteúdos interessantes	S	S	S

3.	Dá atenção individualizada aos alunos com NEEs	S	S	S
4.	Modifica a disposição das carteiras	S	S	S
5.	Utiliza diversos materiais didáticos	S	S	S
6.	Utiliza outros espaços da escola para ensinar os conteúdos	S	S	S
7.	Determina horário para o término da atividade	S	S	N
8.	Deixa os alunos terminar as atividades mesmo que o tempo determinado tenha acabado	S	S	S
9.	Trabalha conteúdos funcionais que auxiliam futuras aprendizagens	S	S	S
10.	Trabalha em sequência gradativa de complexidade dos conteúdos	S	S	S
11.	Retoma o conteúdo para aqueles que não o entenderam	S	S	S
12.	Trabalha informalmente conteúdos secundários com os alunos com NEEs	S	S	S
13.	Utiliza mais de uma forma, técnicas e/ou instrumentos para avaliar o ensino	S	S	N
14.	Utiliza mais de uma estratégia para ensinar o mesmo conteúdo	S	S	S
15.	Propõe tarefas complementares de fixação do conteúdo dentro sala	S	S	S
16.	Propõe tarefas complementares de fixação do conteúdo para a casa	S	S	N
17.	Propõe tarefas suplementares de efetivação do conteúdo dentro sala	S	S	S
18.	Propõe tarefas suplementares de efetivação do conteúdo para a casa	S	N	N
19.	Elogia, apoia, reforça positivamente quando o aluno tem ações esperadas e positivas	S	S	S
20.	Repreende, não apoia quando o aluno tem ações não esperadas e negativas	S	S	S
21.	Introduz o conteúdo com atividades prévias para preparar o aluno para novas atividades	S	S	S
22.	Mantém os alunos ocupados com atividades para evitar problemas de comportamento e ociosidade	S	S	S
23.	Utiliza recursos diversos para trabalhar a abstração dos alunos	S	S	S
24.	Explica passo a passo a realização da atividade	S	S	S
25.	Faz rotina diária	S	S	S
<b>AJUSTES SIGNIFICATIVOS AO CURRÍCULO</b>				
26.	Elimina objetivos básicos, quando for notória a não condição de atingi-los	S	S	S
27.	Introduz objetivos específicos alternativos a determinado aluno ou a todos	S	S	S
28.	Introduz objetivos específicos complementares a determinado aluno ou a todos	S	S	S
29.	Introduz novos conteúdos essenciais para alguns alunos em particular	S	S	S

30.	Elimina conteúdos essenciais para alguns alunos em particular	S	S	N
31.	Trabalha de forma diferente com alunos com NEEs	S	S	S
32.	Busca ajuda do professor especialista	S	S	N
33.	Varia as práticas comumente utilizadas	S	S	S
34.	Faz avaliação contínua e flexível	S	S	N

Dentre os 34 itens da lista, verificou-se que 27 foram emitidos pela professora, ao menos uma vez durante as gravações. Os procedimentos de ajustes registrados com maior frequência foram: atenção individualizada aos alunos, modificação da disposição das carteiras, repreensão verbal na observância de comportamentos inadequados dos alunos, flexibilização do tempo para as atividades, agrupamentos dos alunos, utilização de mais de uma estratégia de ensino e elogios.

As análises das gravações revelou a não intencionalidade em todas as ações operacionalizadas nos referindo as flexibilizações e/ou adequações curriculares. Sugerem-nos a tentativa de tornar-se explícita na instrução e explicação de determinado conteúdo para que seus alunos, inclusive os com NEEs, possam acessar os conteúdos dispostos no currículo comum e de fato aprendam. Constatou-se que a professora empregou diferentes estratégias na elucidação dos conteúdos e as práticas da professora também envolveram a colaboração dos alunos na tentativa de ensinar a todos os alunos.

As evidências descritas após o levantamento e a análise dos dados foram as discrepâncias entre: o que a professora considera o que é ajustar o currículo, sua implementação na sala de aula e o que de fato a professora executa.

Os resultados convergem em sustentar a necessidade do desenvolvimento de aprendizagens profissionais definidas pela execução de planejamentos de procedimentos de ajustes devidamente vinculados à execução do planejamento com o intuito de fomentar aprimoramentos e subsidiar possíveis intervenções dos professores especialistas.

Diante das circunstâncias apresentadas, elaboramos um plano de intervenção pautado no ensino colaborativo, a ser realizado em colaboração com o professor especialista - Educação Especial, para auxiliar o professor da sala, no desenvolvimento de ajustes curriculares nas práticas pedagógicas e a realização de formação continuada, reconduzindo-a à reflexões sobre sua prática. Sugerimos, para registros, descrição, análise e discussão a utilização da metodologia de pesquisa colaborativa

A pesquisa colaborativa é o processo de investigação da ação que visa à apreensão, análise e crítica de contextos de ação com vistas à transformação (LIBERALLI, 2002).

Sugerimos um plano para proposição de um programa de formação em serviço que objetiva desenvolver aprendizagens profissionais de modo fundamentado nos dados obtidos no presente trabalho. Propício destacar que o plano foi elaborado a partir da apresentação das gravações à professora participante deste estudo, de forma informal, na qual esta pesquisadora e a professora, a partir do observado, elucidaram em conjunto os aspectos que ambas consideraram passíveis de intervenção com a função de formação.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos a escola, como espaço de promoção e aquisição de aprendizagens de todos os alunos, tem a incumbência de compor maneiras, estratégias para que o direito à educação dos alunos seja de fato ratificado.

Os ajustes no currículo podem contribuir com o respeito às singularidades dos alunos com NEEs, ofertando respostas pertinentes às diversas condições e características deles.

As respostas consideradas, no âmbito deste trabalho como modalidades de ajustes, compreendem as flexibilizações, as adequações e as adaptações, necessárias para equilibrar as dificuldades dos alunos, apresentadas no processo de ensino-aprendizagem que acontecem a partir da disposição de interações com professor.

A partir dessa interação, o foco se direciona ao que o aluno deve aprender e quando. Estas questões devem focalizar as necessidades do aluno e as respostas educacionais ofertadas pelo professor. Partindo das interações e observações do professor sobre o desempenho do aluno, consideramos pertinente analisar quais ações favorecem a aprendizagem dos alunos para que possam ser implementadas de forma previamente planejada e organizada, pois é responsabilidade do professor decidir o objetivo de uma atividade e o método mais adequado para o cumprir, de modo a permitir que os alunos tenham uma participação ativa na gestão de sua própria aprendizagem (Marvin,2003,p.210) consolidando a análise ao efetivar os registros, colaborando com a ação que foi previamente refletida.

Neste estudo deparamo-nos com situações em que o planejamento e a organização de procedimentos de ajustes, bem como o vínculo entre tais procedimentos e os respectivos componentes curriculares do ensino comum não foram evidenciados, assim como sua implementação. Em termos conclusivos e fundamentados nas evidências discutidas, o modo eficaz é compor, de forma colaborativa, conhecimentos que subsidiem práticas pedagógicas que favoreçam

TODOS os alunos, por meio da implementação de estratégias variadas que abrangem os diferentes estilos de aprendizagem dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização, In: **Novas diretrizes da educação especial**. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2001
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2010
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2010
- CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo para o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 300 f. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2004
- COLL, C. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2000
- FLORIAN, L. Prática inclusiva: o quê, porquê e como? In: TILSTONE, C.; FLORIAN L.; ROSE, R. **Promover a educação inclusiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- GLAT, R.; BLANCO, L.; MACEDO, V. de. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Letras, 2007
- HEREDERO, E.S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. **Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010
- LEITE, P. L.; MARTINS, S. E. S. O.; SILVA, A.M. Flexibilização curricular. In: **Formação de professores: práticas em educação inclusiva**. (Orgs.). CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. Bauru: UNESP/FC, 2010
- LIBERALLI, F. C. Agente e pesquisador aprendendo na ação colaborativa. In: T. GIMENEZ. (Org.). **Trajetórias na formação de professores de línguas**. Londrina, PR: Ed. da UEL, 2002
- MAJÓN, D. G; GIL, J. R.; GARRIDO, A. A. **Adaptaciones Curriculares**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1997
- MARVIN, C., Ensino individual e ensino em classe. In: TILSTONE, C.; FLORIAN L.; ROSE, R. **Promover a educação inclusiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003
- MINETTO, M. F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008
- PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**. Um guia para aprimoramento da Equipe escolar. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007
- PALOMINO, A. S.; GONZÁLEZ, J. A. T. de. La educación especial a las necesidades educativas especiales: aproximación histórica, marco conceptual y legislativo. In: **Educación especial I: una perspectiva curricular y profesional**. Madri: Pirámide, 2002

RODRIGUES, A. J. Contextos de aprendizagem e integração/inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. In: RIBEIRO, M. L. S. & BAUMEL, R. C. R. C. (Coord.). **Educação especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006

ZANATA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. 2004. 201 f. Tese (Doutorado) – UFSCar: São Paulo, 2004